

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 19 de julho de 2024 às 08h15
Seleção de Notícias

Radar Online - Veja.com | BR

Patentes

Entidades de saúde reclamam de demora da Anvisa para aprovar medicamentos	3
--	----------

GUSTAVO MAIA

Pirataria

Pesquisa aponta que 70% da população acha errado comprar produtos piratas	5
--	----------

COLUNA | GUSTAVO MAIA

Convergência Digital | BR

Patentes

Receita isenta cobrança de Cide, PIS e Cofins na nuvem, mas insiste em cobrar royalties no software	6
--	----------

Jota Info | BR

Arbitragem e Mediação

O que diz o PL que regula a arbitragem em conflitos tributários e aduaneiros	7
---	----------

Migalhas | BR

Direitos Autorais

MIGALHAS nº 5.895	10
------------------------------------	-----------

Direitos Autorais

Fortune Tiger: Um cassino online ilegal e as implicações legais	17
--	-----------

Propriedade Industrial

Loja de MG indenizará grife em R\$ 10 mil por venda de produtos falsos	19
---	-----------

Entidades de saúde reclamam de demora da Anvisa para aprovar medicamentos



Em ofício, associações e sindicatos apontaram atraso de 15 dias nas aprovações de 30% das anuências de importação

Onze entidades do setor de saúde, entre elas Grupo Farma, Abifina e Sindusfarma, encaminharam um ofício à diretoria da **Anvisa** para reclamar da diminuição do ritmo de aprovação de medicamentos no órgão, em meio ao movimento de paralisação das agências reguladoras.

As associações e sindicatos também pediram uma reunião com a cúpula da **Anvisa**, para encontrar formas de minimizar os impactos e manter a disponibilidade dos produtos à população brasileira

No documento, as signatárias apontaram que o Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação, que tem liderado os movimentos de paralisação, constatou que há um atraso de 15 dias nas aprovações de 30% das anuências de importação. Antes o prazo era de um dia.

De acordo com as entidades, sete grandes áreas da agência não estão mais agendando audiências, além de ter havido uma diminuição na frequência das publicações, de semanal para quinzenal ou mensal. E os atrasos em liberações de cargas pela área de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados já começam a prejudicar o planejamento de produção de medicamentos.

"Essa situação pode levar, em curto prazo, ao risco de desabastecimento de determinados medicamentos, pela impossibilidade de internalização das matérias primas necessárias à fabricação destes medicamentos", apontaram as entidades.

"Estamos preocupados com o que está ocorrendo na **Anvisa**, que passa por um sucateamento do quadro profissional e de infraestrutura. Além de prejudicar a imagem da Agência, tão necessária para o fortalecimento do desenvolvimento tecnológico e inovação, também reflete em prejuízo para a população, que pode ter o risco de desabastecimento de medicamentos", afirma Reginaldo Arcuri, presidente do Grupo Farma.

a seguir as entidades que assinaram o ofício:

Associação eira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina)

Associação eira das Empresas do Setor Fitoterápico, Suplemento Alimentar e de Promoção da (Abifisa)

Associação eira da Indústria de Soluções Parentais (Abrasp)

Associação eira da Indústria de Produtos para o Autocuidado em (Acessa)

Associação Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac)

Associação eira da Indústria Farmacêutica de Pesquisa e de Capital Nacional (Grupo Farma)

Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**)

Associação eira das Indústrias de Medicamentos Genéricos (PróGenéricos)

Continuação: Entidades de saúde reclamam de demora da Anvisa para aprovar medicamentos

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de
Goiás (Sindifargo)

- quinta, 18 de julho

AnvisaMedicamentos

Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos
(Sindusfarma)

Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos do
Estado do Rio de Janeiro (Sinfar-RJ)

Pesquisa aponta que 70% da população acha errado comprar produtos piratas

COLUNA



O levantamento foi realizado pelo Instituto de Pesquisa em Reputação e Imagem, da FSB Holding, entre os dias 17 e 20 de maio. Foram ouvidos 2.012 cidadãos em todos os estados, exceto o Rio Grande do Sul, em função das enchentes que atingiram o estado.

Para 17% dos entrevistados no levantamento encomendado pela CNI, prática é aceitável em "certas situações"; outros 8% não veem problemas

Uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional da Indústria apontou que 70% dos brasileiros têm a percepção de que é sempre errado adquirir **produtos** piratas ou contrabandeados.

Já 17% dos entrevistados disseram que a compra desses produtos é aceitável em certas situações e 8% não veem problema em comprar esses produtos.

De acordo com a pesquisa, a percepção de que é sempre errado comprar **produtos** piratas ou contrabandeados diminui nas faixas etárias mais jovens - o índice cai de 80%, entre os entrevistados de 60 anos ou mais e de 45 a 59 anos, para 53%, entre pessoas de 16 a 24 anos.

Receita isenta cobrança de Cide, PIS e Cofins na nuvem, mas insiste em cobrar royalties no software



Receita isenta cobrança de Cide, PIS e Cofins na nuvem, mas insiste em cobrar royalties no software

A Receita Federal divulgou o entendimento da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) sobre a consulta 177, de 24 de junho, sobre a cobrança de imposto em software. Se houve um avanço, já que houve a manifestação de isenção do pagamento da Cide, PIS e Cofins quando houver envio de dinheiro ao exterior para o pagamento de licenças e distribuição e comercialização no país.

Isso significa que os software em nuvem estão isentos de pagar Cide, PIS e Cofins. "A Receita entendeu que não há **transferência** de tecnologia na compra de um software na nuvem", diz o diretor jurídico da Associação Brasileira de Software, Manoel dos Santos.

Mas nem tudo mudou. Manoel dos Santos admite que houve um avanço, sim, de postura da receita com o software, mas ainda há questões graves. "Nós estivemos com eles há 60 dias e mostramos que software paga direito de distribuição e comercialização", relata. Mas a Receita insiste ainda na cobrança de royalties, o que é considerado fora de propósito pela ABES.

"A Receita não desapega de cobrar royalty de software", reclama Manoel dos Santos. Segundo o diretor jurídico da ABES, a cobrança de royalties se dá para **patentes** e **transferência** de tecnologia, o que

não é o caso na aquisição ou aluguel de um software. "Aquele que adquire software de uma empresa terceira - nacional ou não - adquire o direito de exploração de um software. Ele paga direito de distribuição e de comercialização. Não tem nada a ver com royalties. Mas a Receita não compreendeu ainda", reforça Manoel dos Santos.

O problema do entendimento de cobrança de royalties é que há diversos contenciosos na Justiça por conta de associadas da ABES que fizeram pagamentos de direito de distribuição e comercialização de software, e a Receita insiste em cobrar royalties.

"A Receita precisa aderir mais à Lei do Software. A Lei de software é de 87, a regulamentação é de junho de 88, autorização de remessa veio em 89, ano que também teve uma circular do Banco Central (2562) usando o termo de direito de distribuição. E hoje, 35 anos depois, a Receita insiste com royalties", lamenta o diretor jurídico da ABES.

O que diz o PL que regula a arbitragem em conflitos tributários e aduaneiros

Para garantir celeridade, proposta na Câmara estipula prazo de 12 meses para fase de instrução e mais 60 dias para sentença arbitral

Créditos: Marcello Casal Jr / Agência Brasil **conteúdo** patrocinado

Este conteúdo foi pautado e editado pelo patrocinador.

O Senado aprovou o Projeto de Lei 2.486/2022, que regula a **arbitragem** em matéria tributária e aduaneira, em junho - agora, o texto aguarda discussão na Câmara. Ele abre a possibilidade do uso da **arbitragem** para prevenir e solucionar conflitos tributários com a União, os estados e municípios, de modo a desafogar o Judiciário e dar celeridade às soluções.Â

A proposta foi analisada em caráter terminativo pela Comissão Temporária para Exame de Projetos de Reforma dos Processos Administrativo e Tributário Nacional. Formada por juristas, o grupo foi criado em 2022 por ato conjunto do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e do então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux.Â

O PL também estabelece descontos para multas caso a disputa tome a via da **arbitragem**. Ainda, valores devidos a conselhos profissionais e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) poderão ser discutidos extrajudicialmente. Mas, de modo geral, a **arbitragem** tributária seguiria todas as disposições da Lei de **Arbitragem** (Lei 9.307/1996).Â

A **arbitragem** é um mecanismo extrajudicial de solução de conflitos empresariais. Por ser menos burocrático, o processo arbitral é mais ágil do que uma ação judicial. Na **arbitragem**, as partes em disputa concordam em submeter a controvérsia a um árbitro ou a um tribunal privado, que, ao final do processo,

vai decidir quem tem razão.

"Ela tem potencial de reduzir significativamente a quantidade de processos judiciais envolvendo matérias tributárias e aduaneiras. Em 2023, segundo o Conselho Nacional de Justiça, as execuções fiscais representavam cerca de 34% do total de casos pendentes de julgamento e 64% das execuções pendentes no Poder Judiciário. A taxa de congestionamento das execuções fiscais em 2022 foi de 88,4%, mostrando a necessidade urgente de alternativas eficazes", exemplifica Renato Mundurca, do escritório RVM Law.

Pelo projeto, cada ente poderá estabelecer por ato administrativo próprio os assuntos que poderão ser solucionados por meio da **arbitragem** tributária ou aduaneira.Â

O ato administrativo também deverá estipular critérios de valor para submissão das controvérsias à **arbitragem**; as fases processuais (administrativas ou judiciais) em que a **arbitragem** poderá ser proposta; o procedimento para apreciação do requerimento; além das regras para escolha da câmara arbitral e dos árbitros.Â

Já em relação aos conselhos profissionais e à OAB, os detalhes deverão ser editados pelo respectivo conselho federal.

Celeridade para conflitos tributários

O projeto de lei estipula o prazo máximo de 12 meses entre a instituição da **arbitragem** e o encerramento da fase de instrução. Este prazo pode ser prorrogado uma vez por acordo entre as partes, desde que não exceda 24 meses. O texto também estabelece o prazo máximo de 60 dias úteis para o árbitro ou o tribunal arbitral prolatar a sentença arbitral, contados a partir do encerramento da fase de instrução.Â

Continuação: O que diz o PL que regula a arbitragem em conflitos tributários e aduaneiros

Esse ponto divide especialistas. "Os prazos fixados podem se mostrar inexecutáveis na prática", pondera Ane Elisa Perez, sócia fundadora da banca Ane E. Perez Advogados. Por outro lado, eles podem estimular maior agilidade na **arbitragem**. "Esses prazos são factíveis na maioria das discussões e certamente promoverão a celeridade processual", afirma Munduruca, do escritório RVM Law.Â

Para ilustrar a eficiência potencial da **arbitragem** em matéria tributária e aduaneira, o advogado faz uma comparação com a atual duração dos processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). "O tempo médio para a análise de contenciosos administrativos no Carf é de aproximadamente quatro anos, segundo o Tribunal de Contas da União. Esse longo período de espera é um reflexo da complexidade e do volume de processos que o Carf precisa manejar diariamente", comenta.Â

Em relação às custas, a proposta diz que caberá ao sujeito passivo a antecipação das despesas relativas à **arbitragem** - que, se for o caso, serão restituídas após a sentença arbitral.

"Haverá certamente um incremento das arbitragens, até mesmo em benefício de câmaras menores, que tocam arbitragens de menor valor", avalia a advogada Ane Elisa Perez.Â

"Mas creio que há ajustes importantes ao projeto que devem ser feitos. Um ponto de atenção é que as custas da **arbitragem** sejam adiantadas pela parte privada. Isso pode inibir a ida para a **arbitragem** e, porque por vezes os custos podem ser muito maiores que os custos do juízo estatal", completa.Â

O PL diz ainda que, nas arbitragens que tenham a União como sujeito ativo, a sentença arbitral que concluir pela existência de crédito devido pelo contribuinte reduzirá as multas, de qualquer natureza.

A redução da multa será de 60%, se a **arbitragem** tiver sido requerida no prazo de até 15 dias úteis, con-

tado da data de ciência do auto de infração. A multa será diminuída em 30% se a **arbitragem** tiver sido requerida após este prazo e antes da decisão administrativa de primeira instância. Por fim, a multa será descontada em 10% se a **arbitragem** tiver sido requerida previamente à decisão administrativa de segunda instância, à inscrição em dívida ativa ou à citação da Fazenda Pública em processo judicial.

Regras e limitações impostas pelo PL

Segundo o texto, o tribunal arbitral será formado por três árbitros. Como sempre, eles deverão revelar, antes de aceitar a função, qualquer fato que denote dúvida justificada quanto à sua imparcialidade e independência.

A proposta proíbe a **arbitragem** por equidade (em que não é preciso seguir as regras do Direito na busca por uma solução). Ainda, determina que ela será preferencialmente institucional - a opção pela **arbitragem** *ad hoc* (ou seja, realizada sem o apoio de uma instituição) será admitida, desde que devidamente justificada.

Também veda o uso da **arbitragem** em controvérsia envolvendo a constitucionalidade de normas jurídicas ou discussão sobre lei em tese, além de proibir sentença arbitral que resulte, direta ou indiretamente, em regime especial, diferenciado ou individual de tributação.

De acordo com o PL, as informações sobre o processo de **arbitragem** serão públicas, exceto aquelas necessárias à preservação de segredo industrial ou comercial e aquelas consideradas sigilosas pela legislação brasileira. A publicação das informações sobre os processos arbitrais caberá ao respectivo ente federado ou ao conselho federal, conforme o caso.

O requerimento de submissão da controvérsia à **arbitragem** deverá conter, entre outros pontos, a descrição do objeto do conflito e os fatos e fundamentos jurídicos do pedido; e o valor da controvérsia, se iden-

Continuação: O que diz o PL que regula a arbitragem em conflitos tributários e aduaneiros

tificável.

A decisão administrativa pela aceitação do requerimento será uma etapa preliminar à pactuação de compromisso arbitral e será proferida pela autoridade máxima do órgão responsável pela administração do crédito tributário.

Além disso, a formalização do compromisso arbitral suspenderá a tramitação dos processos administrativos e das ações judiciais que tenham em disputa os mesmos créditos tributários que serão discutidos na **arbitragem**. E também interrompe o prazo prescricional.Â

Na sentença arbitral, se o ganho de causa for do contribuinte, a cobrança do crédito será extinta. Em caso contrário, a execução da dívida será retomada do es-

tágio em que foi suspensa.Â

A expectativa é que o advento da **arbitragem** tributária fortaleça o mecanismo de solução extrajudicial no país. "Uma das principais características da **arbitragem** é o sigilo. Por isso, o grande público desconhece que a **arbitragem** brasileira é uma das melhores do mundo em qualidade e tem números muito expressivos em quantidade. Na prática, a administração pública e a sociedade se beneficiam num arranjo benéfico para ambos", ressalta Eduardo Silva da Silva, sócio do Dispute Resolution Office e árbitro.Â

Estúdio JOTA - Brasília

MIGALHAS nº 5.895

Quinta-Feira, 18 de julho de 2024 - Migalhas nº 5.895.

Fechamento às 08h05.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

Jaime da Veiga e Laudelino Netto Advogados Associados

()

"O olfato tem as suas idiossincrasias, tem as suas antipatias e as suas inclinações, como as têm o ouvido, o paladar, os olhos e o tato."

Aluísio Azevedo

Limpando a barra

Advogado pediu dispensa do uso da beca durante uma sessão, alegando mau cheiro do traje que estava à disposição dos causídicos. De quebra, ele ainda se ofereceu para lavar a indumentária. Assista. ()

Na berlinda

O desembargador do Paraná, que declarou: "as mulheres estão loucas atrás dos homens", foi afastado de suas funções pelo corregedor nacional de Justiça, ministro Salomão. Informações indicam que o magistrado afastado planejava, de maneira afrontosa, assumir ontem a presidência da turma à qual pertence, para responder ao ato de desagravo realizado contra ele em sessão anterior. Pouco antes de realizar o desiderato, recebeu o bilhete azul do CNJ. ()

Se comer pão de forma, não dirija

Pegou todo mundo de surpresa a notícia de que con-

sumir pão de forma, por conta do ingrediente de conservação, faz constar no bafômetro como se a pessoa tivesse ingerido álcool. O Detran de GO publicou um vídeo mostrando que, de fato, depois de ingerir dois pães, o índice no bafômetro fica acima do mínimo permitido. ()

Se comer pão de forma, não dirija - II

Como já se imagina, vai ter gaiato que, tendo sido pego no bafômetro, irá à Justiça para dizer que a culpa foi do pão de forma. Para facilitar a vida destes, Migalhas pediu à inteligência artificial que fizesse um modelo de HC. Já fique com ele na mão, .

Aviso importante

Enquanto o pão de forma pode embriagar, as migalhas aqui produzidas apenas alimentam. Sendo assim: "Consuma, sem moderação."

Alô?

Para 6ª turma do STJ, uso de celular em trabalho externo não é falta grave do preso. ()

Ação policial

Foi publicada no Diário Oficial de São Paulo recomendação às forças policiais sobre abordagem de pessoas e invasão de domicílio sem mandado judicial. O documento, que vem em ótima hora, visa garantir que as ações sejam feitas dentro da legalidade, de modo a garantir a licitude das provas colhidas. ()

Questão tormentosa

O tema citado na nota anterior tem sido amplamente debatido nas Cortes Superiores. Com efeito, não adianta buscar provas sem observância da legalidade. É isso que os Tribunais Superiores estão dizendo reiteradamente.

Desoneração da folha, ainda ela

Ministro Fachin prorrogou até 11 de setembro o prazo para que o Congresso e o Executivo busquem uma solução consensual sobre a desoneração da folha de pagamento. ()

123 Milhas

Juíza define prazo de 30 dias para edital aos credores da 123 Milhas. ()

Privacidade

MPF e o Idec ajuizaram ação civil pública contra o WhatsApp, solicitando uma indenização de R\$ 1,7 bilhão por violações de privacidade e transparência. ()

Penhorável

Magistrado autorizou penhora de 30% dos proventos de funcionário público em ação de execução de título extrajudicial movida por instituição financeira. ()

Impenhorável

TJ/DF decidiu que valores depositados em conta corrente, que sejam inferiores a 40 salários-mínimos, são impenhoráveis se destinados ao sustento do correntista e sua família. ()

Extraconcursais

Créditos garantidos por cessão fiduciária são extraconcursais e não se sujeitam aos efeitos da recuperação judicial, independentemente de serem créditos performados ou a performar. Assim decidiu a 1ª câmara reservada de Direito Empresarial do TJ/SP. ()

Litigância predatória

Juíza extinguiu processo movido por consumidor

contra instituição financeira após identificar indícios de litigância predatória. A ação buscava a retirada do nome do autor da lista do Sisbacen e indenização por danos morais devido a uma suposta negativação indevida. ()

Cof, cof

No País de Gales, ex-funcionária será indenizada em aproximadamente R\$ 185 mil após seu chefe tossir deliberadamente em seu rosto durante a pandemia da covid. ()

"Perdeu, mané"

PGR denunciou mulher que pichou "Perdeu, mané" na estátua da Justiça, em frente ao STF, durante os atos antidemocráticos do 8 de janeiro. ()

Comportamento antissocial

Justiça determina que aposentada que chamou vizinho de "macaco" deixe seu apartamento no edifício onde mora. ()

Insultos racistas

Justiça da Espanha condenou homem após ele ter proferido insultos racistas na internet contra o atacante brasileiro Vinicius Júnior e o zagueiro alemão Antonio Rüdiger. ()

Siga em frente, olhe para o lado

O grupo Carreta Furacão deve indenizar família do criador do personagem Fofão. Para a Justiça, o grupo tentou burlar os direitos autorais ao criar o personagem Fonfon. ()

Casamento às cegas

Ingrid Santa Rita, participante do reality show "Casamento às Cegas" da Netflix, obteve medida protetiva, na Justiça de São Paulo, contra seu ex-marido,

Leandro Marçal, após denunciá-lo por estupro. As acusações foram feitas no episódio final do programa e os dois se manifestaram em suas redes sociais. ()

Dividendos em divórcio

TJ/SP reconheceu que ex-esposa tem direito a 50% dos dividendos pagos por sociedade ao ex-cônjuge, enquanto ele estiver na condição de sócio. ()

Pagamento de custas

TJ/AM decidiu, em IRDR, que a ausência de pagamento das custas processuais necessárias à citação autoriza a extinção do processo, sem a necessidade de intimação prévia do autor. ()

Comprovante desatualizado

5º JEC de Copacabana/RJ extinguiu um processo movido contra uma companhia aérea devido à falta de comprovante de residência atualizado do autor. ()

Novo Apoiador

Desde 1996, Jaime da Veiga e Laudelino Netto Advogados Associados combina inovação com tradição, oferecendo serviços jurídicos de alta qualidade. O escritório, localizado em Itajaí/SC, e apoiado por grandes empresas catarinenses e multinacionais, construiu uma reputação sólida baseada em eficácia e comprometimento ao longo de quase três décadas. Atua nas mais diversas áreas que abrangem o Direito Empresarial, e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Apelido pejorativo

TRT-3 condenou padaria a indenizar funcionário que era chamado de "tetinha" por colegas e superiores. ()

Culpa do trabalhador

Juiz do Trabalho determinou que empregadora não deve indenizar família por acidente fatal de trabalhador por suposta jornada exaustiva. ()

Adultério no açougue

TRT da 2ª região confirmou a demissão por justa causa de um açougueiro, flagrado pelas câmeras de segurança adulterando os preços dos produtos em um supermercado. ()

IR

Alienação mental decorrente de Alzheimer pode ser reconhecida para isenção de IR, decide TRF da 1ª região. ()

Manutenção da carga horária

Magistrada concedeu liminar a um agente de apoio socioeducativo, garantindo-lhe a manutenção do horário noturno de trabalho para cuidar de sua filha de três anos, diagnosticada com TEA. ()

Jornada reduzida

Servidora pública poderá reduzir sua jornada de trabalho de 40 para 20 horas semanais sem alteração na remuneração para o tratamento de seu filho autista. ()

Sem paz de espírito

Morador será indenizado em R\$ 10 mil pela Sabesp após lidar com meses de barulho excessivo decorrente de reparos na rede de esgoto próxima a sua residência. ()

Matrícula garantida

Juiz autoriza matrícula de aluna em Medicina antes da conclusão do ensino médio. A decisão se baseou na capacidade intelectual da estudante, comprovada pela aprovação no vestibular da instituição. ()

Prescrição por enfermeiros

No Distrito Federal, lei passou a permitir que enfermeiros prescrevam medicamentos. ()

Cota PcD

TRT da 18ª região condenou universidade a pagar multa de R\$ 300 mil por danos morais coletivos devido ao descumprimento da cota de PcD. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoadores de Migalhas

Colunas

ABC do CDC

Na coluna de hoje, Rizzatto Nunes continua examinando a relação jurídica de consumo estabelecida no CDC, com foco na coletividade de pessoas, das vítimas do evento danoso e das pessoas expostas às práticas comerciais. ()

CPC na prática

Daniel Penteado de Castro tece considerações sobre o recente julgado do STJ que dispensou a tentativa de cumprimento de carta rogatória com vistas a autorizar a citação por edital de réu residente no exterior. ()

Processo Disciplinar no Sistema OAB e atualidades jurídicas

O plágio, a cópia de petições, a compra de trabalhos e até o espelhamento de contratos como infração disciplinar, por Antonio Alberto do Vale Cerqueira. ()

Direito e Sexualidade

Leandro Reinaldo da Cunha coloca em debate hoje a doçura das relações contratualizadas. ()

Migalhas Marítimas

Lucas Leite Marques e Marina Falcão Oliveira tratam do delicado e complexo tema do abalroamento entre embarcações. ()

Migalhas de peso

- "Educação para a paz", por Stanley Martins Frasão (Homero Costa Advogados). ()

- "Suspensão do prazo do cadastro compulsório ao domicílio judicial eletrônico", por Maria Cibele Valença e Lucas Henrique de Oliveira Santos (FAS Advogados, in cooperation with CMS). ()

- "A licença do trabalho em caso de internação de familiares", por Richard Abecassis (Fernandes, Figueiredo, Françoso e Petros Advogados). ()

- "Ansiedade aposentadoria: tenho direito de conseguir?", por André Beschizza (André Beschizza Advogados). ()

- "Mera alegação de parte de direito privado acerca da existência de interesse federal na demanda é insuficiente para deslocamento de competência", por Willie Tavares e Elisama Ferreira (Terra Tavares Elias Rosa Advogados). ()

- "Planejamento sucessório: regime da separação de bens convencional não afasta o cônjuge da qualidade de herdeiro", por Armando Villela Fossati Balteiro (Vitor Costa Advogados). ()

- "Riscos do arquivo CNAB no pagamento de salários", por Amanda Kaviski (Employer). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoadores de Migalhas

Novo endereço

Alves Feitosa - Advogados Associados está de casa nova em SP: avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.726, 10º andar, Edifício Spazio Jk, Vila Nova Conceição, Cep.: 04543-000. ()

Baú migalheiro

Há 106 anos, em 18 de julho de 1918, nasceu Nelson Rolihlahla Mandela. Foi advogado, líder e presidente da África do Sul de 1994 a 1999, considerado o mais importante líder da África Subsaariana. Vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1993, Mandela é conhecido como o pai da moderna nação sul-africana, sendo frequentemente referido como Madiba (nome do seu clã) ou 'Tata' ('Pai'). (Compartilhe)

Sorteio da obra

A obra coletiva "Mulheres no Direito Empresarial" (Editora Leader 256p.), com coautoria de Kelly Bernadete Pinheiro (EYS Sociedade de Advogados), revela como as lideranças femininas estão transformando o mundo dos negócios. Dois migalheiros serão sorteados com a obra. Participe do sorteio. ()

Novidades

BMA Advogados divulgou o e-book "O Regulamento da ANPD sobre o Encarregado (DPO): tudo que você precisa saber". () Na edição 54 da revista "Insurance Corp", Paulo Henrique Cremoneze (Machado e Cremoneze - Advogados Associados) publicou o artigo "A responsabilidade dos administradores públicos pelos danos das chuvas de verão". () "Guia de Litígio Estratégico Internacional", idealizado pelo Instituto Lavoro, foi lançado neste mês durante o seminário "Negociações coletivas nas cadeias globais de valor: devida diligência em direitos humanos e estratégias de ação sindical". ()

Migalhíssimas

Acontece hoje, das 19 às 21h, a aula "Direito de Empresas" do "Curso Reforma do Código Civil", com coordenação de Joaquim de Paiva Muniz (Trench Rossi Watanabe). O encontro online conta com um time de professores que participou da comissão do projeto, inclusive o professor Flavio Galdino (Galdino, Pimenta, Takemi, Ayoub, Salgueiro, Rezende de Almeida Advogados). () Hoje, Gustavo de Freitas Moraes, do escritório Dannemann Siemsen, participa, juntamente com especialistas do Chile, Colômbia, Peru e México, do webinar "Legislación sobre vapeadores y cigarrillos electrónicos: un panorama latino-americano", promovido pela Universidad El Bosque, da Colômbia. () Da banca Basilio Advogados e vice-presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio profere a palestra de abertura hoje, às 17h, no lançamento da "Cartilha do Direito do Consumidor", no auditório da OAB de Nova Friburgo. Patrícia Anastácio, conselheira da AASP, ministra palestra, no dia 20/7, no evento "Oficina Prática de Como Atuar em Audiência Trabalhista". () Pelo 2º ano consecutivo, Chenut foi reconhecido pela "Leaders League" como um dos "Melhores Escritórios de Advocacia em Proteção de Dados", destacando a atuação no Brasil de Fernando Santiago e Iara Peixoto. O ranking destacou os trabalhos dos sócios como "Práticas Notáveis" na área de "Inovação, Tecnologias & Telecoms". Samuel Anderson Nunes (Fachin Advogados Associados) gravou entrevista para "TV Paraná Turismo" sobre o uso de inteligência artificial nas eleições. Confira, .

Congresso

CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social, em parceria com Instituto Brasileiro de Ciências Jurídicas, promove, no dia 20/7, às 9h, o "Congresso Advocacia e Justiça na Era da Inteligência Artificial". ()

IA na Advocacia

OAB/SP, em parceria com a Trybe, Jusbrasil e o Instituto de Tecnologia e Sociedade, está promovendo

um curso gratuito de "Inteligência Artificial Generativa aplicada à advocacia". As aulas iniciam no dia 9/8. ()

Processo seletivo

Amanhã, é o último dia para garantir a inscrição nos cursos de pós-graduação lato sensu e curta duração da FGV Direito SP. Os candidatos devem possuir um diploma de curso superior e atender aos pré-requisitos específicos de cada curso. Confira os cursos disponíveis. ()

Recolocação profissional

Radar - Gestão para Advogados dispõe de soluções que foram desenhadas, de forma estratégica, para atender às necessidades de profissionais que buscam recolocação e desenvolvimento profissional. Entre em contato por telefone. ()

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

BA/São Desidério

PR/Peabiru

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"An Apology Broke the Ice As Vance Courted Trump"

The Washington Post - EUA

"Vance makes national debut at RNC"

Le Monde - França

"À l'Assemblée, une présidence devenue clé"

Corriere della Sera - Itália

"Von der Leyen alla prova"

Le Figaro - França

"Avant Matignon, la bataille de la présidence de l'Assemblée"

Clarín - Argentina

"A 30 años del ataque a la AMIA, hubo una seria amenaza iraní"

El País - Espanha

"Sánchez se ciñe a leyes de la UE para combatir la desinformación"

Público - Portugal

"Ex-procurador-geral da República alerta para uso excessivo de escutas"

Die Welt - Alemanha

"Die einzige Kandidatin"

The Guardian - Inglaterra

"Labour puts growth and planning at heart of pro-

mise to 'fix' the UK"

O Estado de São Paulo - São Paulo

"Câmara cede a lobby e beneficia Zona Franca em reforma tributária"

Folha de São Paulo - São Paulo

"Petróleo ganha impulso sob Lula, mesmo sem planos"

O Globo - Rio de Janeiro

"Estados querem aliar regime especial a desconto nos juros da dívida com União"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Cercos à poluição sonora"

Correio Braziliense - Brasília

"Mortes na estrada, famílias devastadas"

Zero Hora - Porto Alegre

"Impacto do aeroporto fechado no comércio exterior é de R\$ 580 milhões, projeta Fiergs"

O Povo - Ceará

"A tentativa de expansão da sexta facção no Ceará"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Fuga em massa é rotina nas unidades da Funase em Pernambuco"

Fortune Tiger: Um cassino online ilegal e as implicações legais



"Fortune Tiger" é um jogo popular nas redes sociais, enfrentando questões legais e desafios para sua repressão pelas autoridades.

Fortune Tiger: Um cassino online ilegal e as implicações legais Paulo Roberto Silvério Moreira "Fortune Tiger" é um jogo popular nas redes sociais, enfrentando questões legais e desafios para sua repressão pelas autoridades. quinta-feira, 18 de julho de 2024 Atualizado às 09:48 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

Introdução

O "Fortune Tiger", também conhecido como "jogo do tigrinho", é um fenômeno que transcende as fronteiras virtuais e se insere no contexto da sociedade contemporânea. Com a crescente digitalização e a proliferação das redes sociais, o jogo ganhou notoriedade, atraindo tanto entusiastas quanto críticos. Nesta análise, exploraremos a natureza do "Fortune Tiger", suas implicações legais e os desafios enfrentados pelas autoridades na repressão a essa atividade ilegal.

O que é o "Fortune Tiger"?

O "Fortune Tiger" é um jogo de apostas que funciona como um cassino online. Nos sites que divulgam o produto, ele é descrito como uma espécie de caça-níquel, onde o jogador precisa fazer a combinação de três figuras iguais em três fileiras para ganhar um prêmio em dinheiro. Além disso, o "Fortune Tiger" promete um multiplicador de 10 vezes o valor da aposta em uma rodada bônus ativados de forma aleatória.

Os símbolos que aparecem na tela também são determinantes para o pagamento. Supostamente, Laranja, Foguetes e Envelopes garantem valores baixos, enquanto Saco de Moedas, Amuleto da Sorte e Lingote de Ouro são os símbolos de pagamentos mais altos. A imagem do Tigre da Fortuna funciona como um extra, substituindo todos os símbolos de pagamentos comuns.

Nas redes sociais, diversos influenciadores ensinam supostas "táticas" para obter bons resultados no jogo. Os conteúdos incentivam os jogadores a manterem controle emocional, criarem um limite de quanto devem apostar e a manterem a calma em caso de perdas.

Ilegalidade e implicações legais

Direitos autorais e IA

O avanço tecnológico tem possibilitado a criação de sistemas autônomos capazes de gerar obras intelectuais, artísticas e científicas, muitas vezes confundíveis com criações humanas. Os programas de inteligência artificial generativa, como aqueles baseados em machine learning e deep learning, estão cada vez mais difundidos e acessíveis. Eles podem gerar poemas, músicas, pinturas e outros tipos de conteúdo.

Continuação: Fortune Tiger: Um cassino online ilegal e as implicações legais

No entanto, surge a necessidade de regulamentar essas obras no âmbito dos **direitos** autorais brasileiros. Como lidar com a autoria e a titularidade dessas criações? Rafael Chaves Lessa de Castro, em seu artigo sobre "**Direito** autoral brasileiro e a IA", explora a regulamentação dos **direitos** autorais no contexto brasileiro, abordando obras geradas por IA. Ele destaca que:

"A IA é vista sob uma perspectiva jurídica, considerando sua capacidade de criar conteúdo original. O grau de participação do usuário humano e do programa de IA na criação de uma obra é crucial para determinar a autoria e os **direitos** autorais."

A resposta não é definitiva, mas a discussão é crucial. Precisamos encontrar um equilíbrio que reconheça a contribuição da IA sem diminuir o papel criativo do ser humano. Talvez, no futuro, vejamos novas formas de licenciamento e colaboração que abracem essa dualidade.

A legalização de jogos no Brasil: Aspectos jurídicos e regulatórios

A discussão sobre a legalização dos jogos de azar no Brasil é um tema que tem gerado debates acalorados e opiniões divergentes. O PL que busca regulamentar essa questão foi aprovado na Câmara dos Deputados em fevereiro/22 e agora está em análise no Senado Federal.

A proposta visa permitir a prática e exploração de diversos tipos de jogos, incluindo cassinos, bingos, jo-

go do bicho e apostas online. No entanto, existem critérios específicos para a instalação desses estabelecimentos. Por exemplo:

Cassinos: A instalação de cassinos ficará restrita a complexos hoteleiros com pelo menos cem acomodações e capacidade para grandes eventos culturais. O complexo para jogos poderá ocupar até 20% da área do local. As empresas interessadas deverão ter um capital mínimo de R\$ 100 milhões e poderão ser credenciadas por 30 anos.

Bingos: A exploração do bingo em caráter permanente será permitida apenas em casas de bingo ou em estádios de futebol. Jogos de bingos eventuais também poderão ocorrer, desde que realizados por entidades filantrópicas.

Agência reguladora: O projeto prevê a criação de uma agência reguladora vinculada ao Ministério da Fazenda. Essa agência será responsável por fiscalizar as normas estabelecidas pela nova legislação e garantir a integridade dos jogos.

Confira aqui a íntegra do artigo.

Paulo Roberto Silvério Moreira Mestrando em Cidades Inteligentes e Sustentáveis; Pós Graduado em Direito Digital e Compliance; Pós Graduado em Direito Penal e Processo Penal; Membro da AP-DADOS.

Loja de MG indenizará grife em R\$ 10 mil por venda de produtos falsos



TJ/MG determinou ainda a suspensão das vendas, anúncios e posts nas redes sociais da loja.

Comercialização Loja de MG indenizará grife em R\$ 10 mil por venda de produtos falsos TJ/MG determinou ainda a suspensão das vendas, anúncios e posts nas redes sociais da loja. Da Redação quinta-feira, 18 de julho de 2024 Atualizado às 13:37 Compartilhar ComentarSiga-nos no A A

A 16ª câmara Cível do TJ/MG determinou que uma loja mineira indenize em R\$ 10 mil por danos morais uma grife pelo uso indevido da marca e à comercialização de produtos não autorizados.

O processo, iniciado em setembro de 2021, revelou que a grife descobriu que a dona da loja estava usando sua marca para vender, através das redes sociais, produtos não autorizados e de qualidade inferior.

A detentora da marca argumentou que a venda de produtos falsificados "deprecia o valor dos originais, uma vez que causa confusão entre os consumidores, colocando em risco o prestígio da marca perante o mercado".

Empresária deve indenizar grife por comercializar produtos sem autorização.(Imagem: Freepik)

Com isso, a grife pediu a retirada do perfil da loja das redes sociais e o fim da comercialização de produtos falsificados, além de qualquer referência à sua marca.

Também solicitou uma indenização por danos morais.

Na 1ª instância, foi realizada uma audiência de conciliação e **mediação**, resultando em um acordo parcial. A dona da loja online se comprometeu a não anunciar, divulgar ou vender produtos com a marca da grife e a excluir todas as postagens relacionadas a esses produtos. No entanto, o pedido de indenização foi rejeitado.

A grife recorreu, solicitando que a loja online pagasse os honorários e custas processuais, além de uma indenização por danos morais de R\$ 40 mil.

O relator do caso, desembargador Tiago Gomes de Carvalho Pinto, destacou a importância da proteção da marca, afirmando que ela tem dupla relevância, uma vez que "proporciona ao titular da **propriedade** industrial a diferenciação de seu produto ou serviço dos demais oferecidos no mesmo âmbito concorrencial; e certifica o consumidor da origem do produto ou serviço, evitando-se a confusão, erro ou dúvida com outros de procedência diversa, mas produzidos por empresários do mesmo ramo industrial".

O magistrado também argumentou que "tal conduta, comprometendo o prestígio e a qualidade dos produtos ou serviços oferecidos, causa dano moral indiscutível, pois o desrespeito à marca resulta em prejuízos à reputação e ao bom nome do seu titular perante o mercado consumidor".

Dessa forma, a indenização por danos morais foi fixada em R\$ 10 mil.

Processo: 5005202-75.2021.8.13.0040

Leia a decisão.

Índice remissivo de assuntos

Patentes

3, 6

Entidades

3

Pirataria

5

Inovação

6

Arbitragem e Mediação

7, 19

Direitos Autorais

10, 17

Propriedade Industrial

19